

Cauma regulariza as

Cidade

CORREIO BRAZILIENSE

invasões na Península

ROBERTO SEABRA

O Conselho de Arquitetura, Urbanismo e Meio Ambiente do Distrito Federal (Cauma) decidiu regularizar as invasões de áreas públicas ocorridas na península dos ministros no Lago Sul, onde mansões oficiais aumentaram indevidamente a área construída, com a construção de piscinas, quadras de esporte, cercas e canis.

O pedido de regularização foi feito pelo Governo Federal, quando lançou o programa de reforma administrativa. Coube ao Cauma decidir o que fazer com as mansões: manter as características do lote original, promovendo a demolição das cercas e benfeitorias invasoras, ou legalizar a irregularidade, deixando tudo como estava. A diretora do Departamento de Urbanismo do GDF e membro do Cauma, Ivelise Longhi, disse que o conselho adotou um caminho alternativo. "Nós decidimos manter essas benfeitorias, e propusemos a desafetação dos espaços públicos", observou.

Desafetação significa regularizar estas invasões, mas em contrapartida, ceder um espaço destinado a lotes residenciais para uso comunitário. "A compensação foi a alternativa mais sensata, já que o ônus da demolição recairia sobre o Governo Federal", observou Ivelise. Em relação às cercas, o Cauma decidiu demolir as que extrapolam o espaço dos lotes e conservar o índice de área verde, não permitindo que aumentem a área destinada às unidades imobiliárias. O terreno destas mansões mede, pela escritura, 1 mil 600 m²; no entanto, algumas ocupam hoje 2 mil 700 m².

A decisão do Cauma foi criticada pelo presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB/DF), José Roberto Bassul: "O que se fez foi premiar quem cometeu a irregularidade, no caso, o próprio governo". Bassul não defende a demolição das benfeitorias, mas acredita que alguma forma de punição poderia ser estudada pelo Cauma. Ele lembrou o caso do conjunto Baracat, que invadiu mais de 1

mil metros de área pública no Setor Comercial Sul e para o qual até hoje não foi dada uma solução.

MAIS RIGOR

"O governo deveria agir com rigor e aplicar a lei; seria uma forma de educar o infrator e evitar a política do fato consumado", observou o presidente do IAB. Para Bassul, o governo deve abrir inquérito administrativo para descobrir quem autorizou as construções irregulares e depois punir os responsáveis. "Deixar a coisa como está é abrir precedente para que empresários e pessoas comuns façam a mesma coisa", observou.

Com a regularização das invasões, cabe agora ao Senado Federal homologar a decisão através da Comissão do DF. O diretor do Departamento de Administração Imobiliária (antiga Sucad), Gil Castelo Branco, disse que a venda das mansões depende da aprovação do Legislativo para que a Caixa Econômica Federal avalie o valor dos imóveis e promova o leilão.